

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.753.294 - SP (2018/0173189-8)

RELATOR : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE : **PROVENCE COSMETICOS S.A**
OUTRO NOME : **CONTÉM 1G S/A**
ADVOGADOS : **DANIEL DE AGUIAR ANICETO - SP232070**
: **RENATO SOARES DE TOLEDO JÚNIOR - SP217063**
AGRAVADO : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
ADVOGADO : **ANSELMO PRIETO ALVAREZ - SP111246**
PROCURADORA : **ANA PAULA COSTA SANCHEZ E OUTRO(S) - SP158161**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ.

I - O presente feito decorre de agravo de instrumento contra decisão proferida nos autos da execução fiscal que acolheu a exceção arguida, deixando de fixar verba sucumbencial. No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a decisão, objeto do agravo de instrumento, foi mantida.

II - Verifica-se que a irresignação do recorrente, acerca da definição da sucumbência no caso concreto, vai de encontro às convicções do julgador *a quo* que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, assim decidiu: "Configurando, pois, hipótese de sucumbência recíproca, cada parte arcará com os honorários dos seus respectivos patronos."

III - Dessa forma, para rever tal posição e interpretar o dispositivo legal indicado como violado, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ. Nesse sentido: AgInt no REsp n. 1.580.876/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 19/4/2018, DJe 8/5/2018 e REsp n. 1.721.064/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 17/4/2018, DJe 23/5/2018.

IV - No tocante ao dissídio jurisprudencial, verifica-se que, conforme a previsão do art. 255, § 1º, do RISTJ, é de rigor a caracterização das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados, cabendo a quem recorre demonstrar tais circunstâncias, com indicação da similitude fática e jurídica entre os julgados, apontando o dispositivo legal interpretado nos arestos em cotejo, com a transcrição dos trechos necessários para tal demonstração. Diante de tal deficiência recursal, aplica-se o constante da Súmula n. 284 do STF.

V - Da análise do recurso especial, observa-se que os

acórdãos confrontados não possuem a mesma similitude fática e jurídica, uma vez que, enquanto o acórdão recorrido trata de limitação dos juros de mora incidentes sobre o débito exequendo, ocasião em que houve o prosseguimento da execução fiscal, o acórdão paradigma cuida de extinção da execução fiscal diante do acolhimento de exceção de pré-executividade. Nesse sentido: AgInt no AREsp n. 1.002.220/BA, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 23/11/2017, DJe 4/12/2017 e REsp n. 1.666.682/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 6/6/2017, DJe 19/6/2017.

VI - Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator